

Democratizar o ensino

Artur da Távola *

Nos debates da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, na Câmara Federal, um ponto vem sendo polêmico: o da democratização, tanto do ensino quanto da sua gestão. Sendo disposição constitucional precisa de regulamentação. E o conceito, embora basilar, claro não é. Democratização é como liberdade: sabe-se o que é sem jamais — obter-se a definição.

Do ponto de vista da gestão do ensino, o país tem feito, de modo tímido, experiências recentes de democratização: umas, restringem-se à eleição direta dos diretores de escola, supondo radicar, apenas aí, a culminância do processo. Outras consideram que a plena democratização da gestão deve ser obtida via competência, quando os diretores vierem a ser escolhidos por concurso como etapa final de uma correta ascensão funcional. Terceiros consideram legítima a indicação de diretores de escola pelo secretário de Educação, seguindo a tendência majoritária revelada pelo eleitorado em cada eleição. A indicação caberia a partido ou coligação partidária vencedores, respeitados, é evidente, os critérios de capacidade e experiência dos indicados.

Os três sistemas podem representar a democratização, se exercitados de maneira elevada e por pessoas sérias e competentes. Pelo menos em teoria. Na prática, todos têm demonstrado qualidades e defeitos. Portanto, nada de encapsular a educação brasileira numa só concepção de gestão. Quanto mais diversificada for a experiência da democratização da gestão, mais e melhores frutos a prazo longo.

Tão ou mais importante que a democratização da gestão é a do ensino. Esta, longe anda. Possui duas pontas: a mais importante, do alunado, e a do professorado.

O ideal da democratização do ensino começa na obtenção da qualificação do professorado. Esta, por sua vez, deriva da existência de boas escolas normais (desaparecidas); de sérios concursos públicos para a admissão; da existência de carreira organizada com salários adequados à importância da missão.

Democratização, portanto, está imbricada no processo da formação e da qualificação do professorado.

A democratização, do ponto de vista de quem recebe a educação e o ensino, é item abandonado, no Brasil. A escola seletiva, que "perde" seus alunos, seja por deficiência da qualidade do ensino ou por repeti-

ção de ano e evasão, não processa a verdadeira democratização do ensino. Nega-a em seu aspecto principal. Que o ateste o aterrador índice de oito milhões de crianças e jovens fora da escola por motivos que vão da falta de vaga à repetência e evasão. Ou o estarrecedor percentual de apenas 13% dos alunos que, matriculados na 1ª série, conseguem concluir o Primeiro Grau.

Toda essa intrincada rede de consequências que geram outras e desaguam na falta de democratização tanto da gestão quanto do ensino como da educação possui, basicamente, uma causa: a falta de destinação adequada de recursos públicos para a educação pública. Fora desse fato gerador dos demais, não há solução.

Recursos para a destinação das verbas até que há. Não ocorre, porém, eficácia para a chegada dos mesmos à sala de aula. A burocracia e a má gestão açambarcam, pelo caminho, mais de 50% das verbas destinadas à educação pública em todos os seus níveis.

A questão da democratização é — pois — mais complexa do que supõem os que a defendem em nome de princípios corporativos e os que não a desejam por motivos reacionários e classistas, pois pretendem continuar em minoria no topo dos benefícios e favores de uma sociedade discriminatória e injusta.

Finalmente, o ponto que não deriva de lei, nem se pode aprisionar em fórmulas. Depende da maturidade de quem ministra o processo educacional: é a democratização do professor, ou seja, utilizar a educação não como aparelho ideológico das suas convicções, as do seu partido político ou das suas crenças religiosas, e, sim, torná-la o espaço onde o saber se possa fazer de maneira mais plural possível, a quem e além da sua visão de mundo. Religiões, convicções, partidos políticos e até mecanismos não controlados do ser humano interferem nessa tendência à modelagem. Não há democratização da educação sem professores democratas.

A verdadeira revolução é a democracia. Esta não é meio para se chegar a determinado ponto. A democracia é um fim, uma finalidade que não se alcança, pois em permanente busca e reconstrução. E na medida em que o processo de sua constante construção se torna plural, integrativo, aberto, e se faz por aproximações sucessivas da verdade, então o processo democrático pode ser construído. Na escola como na sociedade.

* Escritor, jornalista e deputado federal, membro da Comissão de Educação, Cultura e Desportos